BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (Outras partes relacionadas)	Saldo em 31/12/2021
Ativo			
Circulante:			
Depósitos Bancários	683	-	683
Aplicações Banrisul CDB/ LF	16.853	-	16.853
Crédito com partes relacionadas	89	-	89
	17.625	-	17.625
Não Circulante:			
Letra Financeira	30.218	-	30.218
	30.218	-	30.218
Passivo			
Circulante:			
Dividendos a pagar	(3.677)	-	(3.677)
Contas a pagar	(725)	-	(725)
	(4.402)	-	(4.402)

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (Outras partes relacionadas)	Saldo em 31/12/2021
Resultado			
Receitas:	12.298	-	12.298
Locação	1.845	-	1.845
Financeira	1.971	-	1.971
Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)	7.847	-	7.847
Recuperação de Despesas	635	-	635
Despesas:	(395)	(822)	(1.217)
Comunicação	(381)	-	(381)
Outras	(14)	(822)	(836)
	11.903	(822)	11.081

Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social. A AGOE realizada em 20/04/2022 aprovou para o exercício de 2022, o montante global de R$ 2.950.

No período findo em 31 de dezembro de 2022 foi pago o montante de R$ 2.510 (R$ 1.767 em 31 de dezembro de 2021) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal.

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

12.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	14.955	14.955	8.559	8.559
(+) Outras adições	1.086	1.045	786	736
(+) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	60	60	1.059	1.059
(-) Outras Exclusões	(882)	(882)	(776)	(776)
Base de cálculo	15.219	15.178	9.628	9.579
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	3.781	1.366	2.383	862
(-) Incentivos fiscais e outros	(91)	-	(58)	-
IRPJ e CSLL Correntes	3.690	1.366	2.325	862
IRPJ e CSLL diferidos	4	1	(233)	(84)
TOTAL IRPJ e CSLL	3.694	1.367	2.092	778

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos dos ativos diferidos, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	326	4	-	330
Provisão para riscos trabalhistas	105	6	-	111
Provisões para riscos cíveis	474	(0)	-	474
Total de ativos diferidos	905	10	-	915
Depreciação CPC 27	(569)	(17)	1	(585)
Total de passivos diferidos	(569)	(17)	1	(585)
Crédito tributário líquido	336	(07)	1	330

O saldo de créditos tributários está contabilizado no ativo não circulante.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	31/12/2022
2023	114
2024	114
2025	114
2026	115
Após 2026	458
Total	915

O valor presente total dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 635, calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa Selic, projetada para o período correspondente.

13.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 53.100 (R$ 53.100 em 31 de dezembro de 2021), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. Em 20 de abril de 2022 foi aprovada através da AGOE a destinação de 50% do lucro líquido do exercício de 2021 como dividendos. Dessa forma durante o segundo trimestre de 2022, houve a destinação de R$ 1.351 em adição ao dividendo mínimo obrigatório já destinado em 31 de dezembro de 2021.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	9.894	5.689
Reserva legal (5%)	(495)	(284)
Base de cálculo dos dividendos	9.399	5.405
Dividendos (25%)	2.350	1.351

14.RECEITA

A receita líquida é composta como segue:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	25.963	25.106
Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)	7.275	7.847
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(4.253)	(3.285)
Descontos e cancelamentos	(159)	(185)
Receita operacional líquida	28.826	29.483

a) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS e ISSQN.

15.NATUREZA DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

a) Custos dos serviços prestados

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Pessoal	4.855	4.342
Terceirizados	4.318	4.357
Depreciação e amortização	497	847
Energia elétrica	292	382
Combustível	258	248
Gastos com veículos	22	52
Despacho aduaneiro	83	68
Conservação e manutenção	1.326	1.076
Seguro	449	451
Material de expediente	99	66
Armazenagem p/ clientes	-	129
Despesa de aluguel	41	812
Outras	257	710
Total	12.497	13.540

b) Despesas Administrativas

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Pessoal	2.750	2.339
Terceirizados	1.387	1.288
Honorários da administração	2.510	2.589
Depreciação e amortização	327	313
Comunicação	422	411
Energia elétrica	189	206
Combustível	31	35
Gastos com veículos	25	44
Reclamatórias trabalhistas	510	(187)
Contingências cíveis	48	342
Conservação e manutenção	160	90
Despesas tributárias	504	524
Outras	536	435
PCLD	13	826
Seguro	8	2
Informática	53	210
Material de expediente	274	221
Débitos incobráveis	4	258
Total	9.751	9.946

16.OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Recuperação de Despesas (a)	709	636
Recuperação de Créditos – Lei 9.430/96	4	21
Indenizações Diversas	72	-
Outras Receitas Diversas	45	-
Receita Venda de Imobilizado - Leilão	845	-
Total	1.675	657

a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água, luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

17.INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de riscos

A Banrisul Armazéns Gerais S.A. é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão.

O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados como custo amortizado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	31/12/2022	31/12/2021	Classificação CPC 48
Circulante			
Aplicações Financeiras	24.070	17.666	Custo Amortizado
Clientes	1.967	3.008	Custo Amortizado
	26.037	20.674	
Não Circulante			
Letra Financeira	33.663	30.218	Custo Amortizado
	33.663	30.218	
Total	59.700	50.892	

Gestão de capital

A Companhia possui estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido.

Risco de crédito

O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas.

Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retidas mercadorias.

Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio.

A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. O ativo financeiro da Companhia é composto pelo CDB com referencial pós-fixado. Por outro lado, nas operações passivas o passivo da Companhia representa 15,19% do total do ativo em 31 de dezembro de 2022.

Risco de liquidez

Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Pode ser classificado em:

Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia.

Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise.

É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos.

Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em CDB. Por outro lado, nas operações passivas o passivo da Companhia representa 15,19% do total do ativo em 31 de dezembro de 2022.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela mesma.

18.PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

19.COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$40 milhões para danos materiais e R$100 mil para responsabilidade civil.

20.SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua como prestadora de serviços de armazém, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias, produtos e documentos, dispostos no entreposto aduaneiro em depósito alfandegário ou em espaços disponíveis na área de sua propriedade, que poderão ser locados para terceiros conforme atividades descritas na nota explicativa nº 1.

As atividades realizadas são complementares, em ambos os segmentos, sendo controladas e gerenciadas pela Companhia, e seus resultados são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Agostinho Meirelles Martins Neto
Diretor Presidente

Silvana Dalmás
Diretora Administrativa, Financeira
e de Relação com Investidores

Lauermann Schneider Serviços Contábeis Ltda
CNPJ: 03.708.362/0001-20 CRC-RS CO-3902
Resp. Técnico: Marco Aurélio Leindecker
Contador CRC-RS 54653

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Administradores e aos Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 (a) às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente de serviços de armazenagem e prestação de serviço de gerenciamento eletrônico - GED. A principal fonte de receita é a armazenagem de mercadorias provenientes do serviço de porto seco e é reconhecida mensalmente pelo prazo do armazenamento e considerando as características contratuais, tais como peso, valor monetário da mercadoria ou espaço ocupado.

Esse assunto foi tratado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dessas operações no contexto das demonstrações financeiras e da complexidade na captura, no processamento e no registro das transações.

Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo adotado para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras; (b) teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto, com base na estimativa elaborada pela Companhia, incluindo a avaliação da estimativa de receita não faturada; e (c) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, razoavelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Carlos Claro
Contador
CRC 1 SP 236588/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei n° 6.404/1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Baseado no exame procedido, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2023.

Cesar Luis Baumgratz – Conselheiro
Adilson Troca – Conselheiro
Elói Astir Stertz – Conselheiro

DIRETORIA

AGOSTINHO MEIRELLES MARTINS NETO
Diretor Presidente

SILVANA DALMÁS
OSMAR PAULO VIECELI
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARIVANIA GHISLENI FONTANA
Presidente
JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
Vice Presidente
ALINE OLIVEIRA DA SILVA
CRISLAINE BOZZETTI
CRISTINA BACHETTINI DUARTE
FERNANDO ZINGANO
Conselheiros

LAUERMANN SCHNEIDER SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA
CNPJ: 03.708.362/0001-20 CRC-RS CO-3902
RESP. TÉCNICO: MARCO AURÉLIO LEINDECKER
CONTADOR CRC-RS 54653